

Povos Indigenas no Brasil

Fonte Jornal da Tarde Class.: 90
Data 20/11/87 Pg.: _____

A guerra do plenário

190

Há muitos interesses em jogo e a previsão é de discussões acirradas.

Terminados os trabalhos da Comissão de Sistematização, vários segmentos já se preparam para pressionar as votações em plenário: as empresas mineradoras querem derrubar dispositivos que reservam o mercado de minérios a empresas nacionais e consideram as jazidas propriedade da União; os índios reclamam que o projeto de Constituição é "injusto e ameaça a nossa própria sobrevivência"; e a OAB, mesmo dando total apoio à Constituinte, insiste na criação do Conselho Nacional de Justiça. Já a Comissão de Acompanhamento Constitucional da Arquidiocese do Rio preferiu ameaçar a "resistência conservadora" que atenta "contra a soberania da Assembléia Constituinte".

O Instituto Brasileiro de Mineração lança sua campanha a partir da próxima terça-feira. O presidente do Ibram, João Sérgio Marinho Nunes, afirma que o texto do projeto constitucional vai "conduzir à estatização do setor e à fuga de capitais de investimentos". Segundo ele, as empresas de capital nacional e mesmo estrangeiro se sentirão desestimuladas a investir no setor.

Para o presidente do Ibram, seria preferível reduzir as limitações à atuação das empresas no setor do que impedir a participação do capital estrangeiro. Mas João Sérgio Marinho Nunes critica também o estabelecimento de prazos para a lavra das jazidas, a ser definido em lei ordinária. Segundo ele, esse dispositivo poderá acarretar a exploração predatória dessas jazidas, "pois não haverá motivação para o uso racional das áreas mineradoras".

Já os representantes de 21 nações indígenas de todo o País divulgaram a "Carta dos povos indígenas da faixa de fronteira aos senhores constituintes", elaborada em reunião de três dias em Manaus. Os líderes indígenas foram recebidos no Congresso

pelo relator da CPI do Cimi, senador Ronan Tito, pelo senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), e pelos deputados Eraldo Trindade (PFL-AP) e Virgílio Guimarães (PT-MG).

Eles reclamaram que o projeto de Constituição, mesmo reconhecendo os "direitos originários dos índios", permite a exploração das riquezas minerais nas terras indígenas, além de ameaçar a sobrevivência étnica ao estabelecer que os "índios em elevado estágio de aculturação" não têm nenhum direito. "Nós não sabemos o que é 'elevado estágio de aculturação', mas estamos angustiados e desesperados porque sabemos, por experiência própria, que isso vai ser usado contra nós", disseram os índios.

O documento indígena afirma também que os responsáveis pelo Projeto Calha Norte estão promovendo "mortes, prisões, espancamentos, remoção de famílias para construção de quartéis, sedução e engravidamento de índias por militares e destruição de casas". Segundo os índios, isso está acontecendo no Rio Grande e no Alto Solimões, em Roraima, e em outras áreas de fronteira. A Carta denuncia ainda a infiltração irregular de empresas mineradoras em terras indígenas do alto do Rio Negro, com o respaldo de funcionários da Funai.

Poder controlado

Os presidentes das seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, reunidos em Brasília, aprovaram manifestação de apoio à Constituinte, mas voltaram a defender a necessidade da criação do Conselho Nacional de Justiça, afirmando ser "inadmissível que alguma parcela do poder escape ao controle e fiscalização da sociedade".

Refinando-se ao Poder Judiciário, a nota divulgada pela OAB diz que "é necessária a criação de um órgão — o Conselho Nacional de Justiça — para controle exter-

no de sua atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais de seus membros".

Os procuradores da Fazenda Nacional no Estado de São Paulo também divulgaram nota à imprensa explicando sua atuação na pressão aos constituintes. Eles conseguiram a supressão dos parágrafos 3 e 4 do artigo 14, que regulamentava a criação da Procuradoria Geral da União, com a fusão das Procuradorias da Fazenda Nacional e Geral da República. Para eles, isso deve ser feito através de lei complementar.

O documento, assinado pelo procurador regional Gentil Domingues dos Santos, explica que os procuradores da Fazenda prestam rigorosos concursos públicos. E assinala que "o bom senso recomenda a preservação do órgão e da carreira fora da Procuradoria Geral da União, mas com funções de representação judicial na cobrança de tributos e nas causas sobre matéria fiscal".

Ameaças

Em telegrama ao deputado Ulysses Guimarães a Comissão Arquidiocesana de Acompanhamento Constitucional do Rio advertiu os constituintes conservadores a não prosseguirem "no atentado contra a soberania da Assembléia Constituinte", o que provocou diversas reações dos parlamentares. O telegrama adverte que "temos seus nomes e estamos com um grupo de pessoas registrando todos os seus atos, tanto em plenário quanto nas comissões", e recomenda aos constituintes que "reflitam patrioticamente, não possigam no atentado contra a soberania da Constituinte".

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) criticou: "O caminho dessa comissão é o errado. Ameaças não constroem. A mim não atingem". Victor Faccioni (PDS-RS) viu na mensagem "uma tentativa de retorno à Inquisição".